

O uso de Controle Interno nas Micro e Pequenas Empresas do Polo Têxtil do Agreste Pernambucano

The use of Internal Control in Micro and Small Companies in the Agreste Pernambucano Textile Hub

*Recebido: 27/08/2024 – Aprovado: 15/08/2024 – Publicado:31/10/2024
Processo de Avaliação: Double Blind Review*

Alex Serafim

alex.serafim@wyden.edu.br

Centro Universitário UniFavip

<https://orcid.org/0000-0002-5389-3688>

Maria Aparecida Barra Nova da Silva

maria.nsilva@unifavip.edu.br

Centro Universitário UniFavip

<https://orcid.org/0009-0002-2446-0426>

Edson Reis Matias Segundo

20240311355@alunos.unifavip.edu.br

Centro Universitário UniFavip

<https://orcid.org/0009-0009-6142-4249>

Luzia Pessoa de Andrade

202302371116@alunos.unifavip.edu.br

Centro Universitário Unifavip

<https://orcid.org/0009-0007-8288-2180>

Isaac Clementino Batista

202308419821@aluno.unifavip.edu.br

Centro Universitário UniFavip

<https://orcid.org/0009-0009-6036-8441>

RESUMO

Sabe-se que o controle interno é uma ferramenta estratégica para as organizações, independente de porte ou ramo de atuação, uma vez que auxilia na tomada de decisão, contribuindo para a eficiência dos processos e continuidade do negócio. O presente artigo buscou demonstrar o conhecimento e as percepções dos contadores acerca da utilização do Controle Interno nas micro e pequenas empresas do polo têxtil pernambucano. A pesquisa foi realizada com profissionais contábeis com registro ativo no CRC-PE que prestam serviços às micro e



pequenas empresas da região que constitui Polo Têxtil Pernambucano. O estudo descritivo, adotou uma abordagem quantitativa, coletando os dados por meio de questionário estruturado e analisando-os por meio de estatística descritiva. Os resultados obtidos apontam dois aspectos relevantes: os contadores que atuam no universo da pesquisa possuem deficiências técnicas acerca do controle interno; e as empresas possuem limitações quanto ao uso do controle interno nos seus processos.

Palavras-chave: Controle Interno, Polo Têxtil do Agreste, Controle, Contadores.

ABSTRACT

It is known that internal control is a strategic tool for organizations, regardless of size or field of activity, as it assists in decision making, contributing to process efficiency and business continuity. This article sought to demonstrate the knowledge and perceptions of accountants regarding the use of Internal Control in micro and small companies in the Pernambuco textile hub. The research was carried out with accounting professionals with active registration at CRC-PE who provide services to micro and small companies in the region that constitutes Polo Têxtil Pernambucano. The descriptive study adopted a quantitative approach, collecting data through a structured questionnaire and analyzing it using descriptive statistics. The results obtained point to two relevant aspects: accountants who work in the research universe have technical deficiencies regarding internal control; and companies have limitations regarding the use of internal control in their processes.

Keywords: Internal Control, Agreste Textile Hub, Control, Accountants.

1. INTRODUÇÃO

O cenário hodierno em que as empresas estão inseridas vêm sendo marcado por expressivas mudanças nos campos econômicos, políticos, sociais e culturais.

Com a intensificação da competitividade de mercado e as mudanças ocorridas nos mencionados campos, torna-se imprescindível que essas empresas adotem métodos e ferramentas de gestão que promovam um controle organizacional aprimorado.

A contabilidade oferece recursos que garantem a eficácia na execução dos processos organizacionais, reduzindo a incidência de erros e fraudes.

O Controle Interno, por sua vez, destaca-se como uma dessas ferramentas cruciais, proporcionando suporte significativo aos gestores e impulsionando o desenvolvimento do negócio.

Lima *et al.* (2012) discorrem que o Controle Interno é o alicerce da estrutura organizacional, pois sua finalidade é proteger o patrimônio visando a sobrevivência da empresa.

Attie (2018) corrobora com esta perspectiva, destacando também como objetivos a geração de informações fidedignas e tempestivas, o estímulo a eficiência operacional e o emprego das políticas existentes.

É essencial que o controle interno seja apoiado por um sistema de informação e avaliação adequado, garantindo a execução conforme planejado, evitando que a gestão empresarial se torne improvisada. Este sistema de controle é fundamental para potencializar as informações necessárias e realizar análises econômicas, financeiras, físicas e de produtividade relacionadas à administração dos recursos (Vieira, 2023). Ainda sobre o Controle Interno, Lima *et al.* (2012) afirmam que a organização que investir nessa ferramenta, terá maiores chances de sucesso, em razão da implantação de ações preventivas, detectivas e corretivas, aspirando melhores resultados.

Embora o uso do Controle Interno seja positivo, sua utilização até então não faz parte da realidade de todas as organizações, sobretudo, nas pequenas. Os estudos de Garcia, Kinzler e Rojo (2014) e Postiglione e Silva (2016), revelaram que o uso de sistemas de Controle Interno é menos frequente nas micro e pequenas empresas (MPEs).

As MPEs têm participação destacável na economia, segundo a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia (SEPEC/ME), no quinto semestre de 2020, as MPEs representavam 99% dos negócios brasileiros, com participação de 30% no Produto Interno Bruto – (PIB) e eram responsáveis por 55% dos empregos gerados no país.

Estudos nacionais e internacionais indicam que há vários anos as micro e pequenas empresas apresentam elevados índices de mortalidade, que têm como principais causadores problemas financeiros, administrativos e burocráticos, além da falta de conhecimentos específicos que auxiliem os gestores em sua área de atuação (Moreira *et al.*, 2013).

De acordo com o Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), as MPEs são mais acometidas a problemas de continuidade, não apenas ligado a insuficiência de recursos, mas essencialmente aos erros de gestão (Sebrae, 2014).

Para Pinheiro, Costa e Moura (2017), a inexistência de Controle Interno é um dos fatores determinantes para o fracasso das MPEs. Com o passar do tempo, tem se percebido que a falta

de controle e planejamento eficaz são os fatores centrais que dificultam o processo decisório e influenciam no fechamento de organizações.

Ante a isto, percebe-se a importância do Controle Interno, o qual é tido como uma ferramenta impreterível para a gestão do negócio. Nesse contexto emerge o problema proposto nesta pesquisa: percebem os contadores o uso do Controle Interno nas micro e pequenas empresas do polo têxtil pernambucano?

Para o deslinde da questão, este estudo objetiva evidenciar o conhecimento e as percepções dos contadores acerca da utilização do Controle Interno nas micro e pequenas empresas do polo têxtil pernambucano.

Ademais, são apresentadas concepções sobre o conceito de Controle Interno extraídos de pesquisas já realizadas, e, por meio da descrição de dados, evidencia-se as conclusões sobre o perfil e o conhecimento dos profissionais quanto ao assunto abordado, bem como o nível de influência nos controles internos das MPEs aos quais prestam serviço.

O desenvolvimento de estudos que abordam o Controle Interno como temática central são convenientes para apontar se de fato a utilização dessa ferramenta têm contribuído para a continuação das MPEs no mercado. Assim, esta pesquisa justifica-se por evidenciar a importância do Controle Interno e como ele impacta na qualidade da gestão.

Ademais, como se sabe, é prática comum das MPEs, a contratação de escritórios de contabilidade para a realização das atividades contábeis relativas ao negócio, o que motivou, a escolha por estudar este tema, a partir da visão dos contadores que prestam esse serviço, objetivando descobrir como esses profissionais percebem o uso do Controle Interno no universo estudado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Controle Interno

Os controles internos têm por finalidade garantir que os objetivos e metas traçadas ocorram de forma eficaz, eficiente e econômica e, são considerados fundamentais para o desenvolvimento da organização (Tomasi e Vier, 2020).

Para Barros *et al.* (2021), sob uma perspectiva geral, pode-se dizer que o controle interno auxilia as organizações na compreensão dos riscos aos quais estão expostas, para que dessa forma, as mesmas possam estabelecer controles que venham a combater possíveis ameaças que venham a ocorrer.

Existem muitos autores que definem Controle Interno, para Attie (2018), os meios planejados que uma empresa utiliza com o intuito de dirigir, restringir, governar e conferir suas atividades visando atingir seus objetivos são considerados controles internos.

Em contrapartida, Almeida (2012) defende que os controles internos são considerados um conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas, que venham a ser aplicados visando a proteção dos ativos, a geração de dados contábeis confiáveis e o apoio aos gestores na manutenção das atividades da organização.

Ainda sobre Controle Interno, Migliavacca (2002) explica que este pode ser entendido como a adoção do planejamento organizacional, métodos e procedimentos, a fim de proteger os ativos, analisar a adequação e suporte dos dados contábeis, fomentar a eficiência operacional e o emprego das políticas estabelecidas pela direção.

Já para Blumen, Silva e Sales (2015), o Controle Interno é um conjunto de princípios, métodos e procedimentos, cuja implantação e execução tem por finalidade garantir que as diretrizes e os objetivos organizacionais sejam alcançados.

O COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of The Treadway Commission*) de 1992 define controle interno como um processo que procura proporcionar grau de confiança para concretizar os objetivos: eficácia e eficiência dos recursos; confiabilidade da informação financeira e cumprimento das leis e normas estabelecidas.

Barbosa e Santos (2019) explicam que os conceitos de controle interno geralmente são confundidos com os de auditoria interna, e isso não deveria ocorrer, pois o papel da auditoria interna é de revisar e conferir os controles internos, que são procedimentos permanentemente adotados na organização.

Há princípios fundamentais que norteiam os gestores na implementação de um Sistema de Controle Interno, levando em conta fatores relevantes e críticos. Pode-se dizer que tais princípios servem como guias ou *checklists* (Blumen; Silva e Sales, 2015).

Barros *et al.* (2021) explicam que o sistema de controle interno é implantado de forma adaptada, buscando atender e auxiliar o andamento do seu planejamento estratégico e orçamentário.

Almeida (2012) aborda os princípios fundamentais que as administrações das empresas devem seguir, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Princípios Fundamentais de um Sistema de Controle Interno

Princípios	Descrição
1 Responsabilidade	Os funcionários devem ter atribuições definidas e limitadas.
2 Rotinas Internas	Todas as rotinas serão definidas mediante manual da organização.
3 Acesso aos ativos	O acesso dos funcionários deve ser limitado por meio de controles físicos estabelecidos pela empresa.
4 Segregação de funções	Deve ser evitado o acesso de uma mesma pessoa aos ativos e aos registros contábeis.
5 Comparar os ativos com os registros	Procedimentos de controle devem ser estabelecidos, para que haja o confronto periódico dos ativos com os registros contábeis.
6 Amarrações do sistema	O Sistema de Controle Interno deve ser idealizado de maneira que as transações sejam registradas com os valores corretos e observando o período de competência.
7 Auditoria interna	Verificação periódica do cumprimento do que foi estabelecido no sistema.
8 Custos dos controles X benefícios	O custo do controle interno não deve exceder seu benefício.
9 Limitações do controle interno	Conspiração para desviar ativos da empresa, funcionários descompromissados e sem conhecimento das normas internas.

Fonte: Almeida (2012)

A existência de controles internos eficientes possibilita aos gestores de empresas uma boa tomada de decisões, pode contribuir para evitar desperdícios por meio da melhor utilização de recursos e pessoal e é capaz de detectar e evitar erros e fraudes (Barbosa e Santos, 2019).

De acordo com Attie (2018, p. 343), “todas as empresas possuem Controles Internos, podendo eles serem adequados ou não”. Garcia, Kinzler e Rojo (2015) complementam enfatizando que os procedimentos de controle não são padronizados em razão da gestão das organizações serem distintas.

2.2. Micro e Pequenas Empresas

Conforme Crepaldi (1998), considera-se empresa uma associação de pessoas cuja finalidade seja a exploração de um determinado negócio, cujo o qual venha a produzir e/ou oferecer bens e serviços com a intenção de geração de lucro.

Alguns estudos enfatizam que as micro e pequenas empresas (MPEs) desempenham um papel crucial no desenvolvimento socioeconômico, contribuindo para a estabilidade social (Aoki e Badalotti, 2014; Garcia *et al.*, 2022). Elas não apenas geram novas ideias e insumos para outras empresas (Hyytinen e Toivanen, 2005), mas também são reconhecidas como promotoras da melhoria da qualidade de vida da sociedade (Jones-Evans, 2015), dentre outros benefícios.

As empresas são definidas por tamanho, de acordo com sua receita bruta anual. A Lei Complementar de nº 123, sancionada em 14 de dezembro de 2006, versa sobre o tratamento dado às microempresas e empresas de pequeno porte e as define por meio de critérios de classificação.

Segundo a referida lei, em seu art. 3º inciso I, considera-se microempresa aquela que auferir uma receita bruta de até R\$ 360.000,00 em seu ano-calendário. O inciso II do mesmo artigo, determina que para ser considerada pequena empresa, deve-se auferir uma receita bruta maior que R\$ 360.000,00 e menor ou igual a R\$ 4.800.000,00 em seu ano-calendário (Brasil, 2006).

Em termos econômicos, 30% do Produto Interno Bruto – (PIB) é oriundo de organizações de pequeno porte, segundo dados obtidos em pesquisa realizada pelo Sebrae e Fundação Getúlio Vargas (Agência Sebrae de Notícias, 2020).

Para além disso, a importância das MPEs pode ser vista a partir do estudo de Beck (2013), por exemplo, o qual destaca que as mesmas representam 95% das empresas de todo o mundo. Há ainda outros estudos que evidenciam as muitas contribuições que as MPES trazem à sociedade, como o estímulo ao empreendedorismo e inovação tecnológica (Chu, 2009); e redução da pobreza (Nitescu, 2015), pois, conforme Denis (2004) são as principais geradoras de trabalho e renda.

Por fim, ainda sobre a importância das MPEs, Figueiredo *et al.* (2023) discorrem que as mesmas, cumprem um papel de suma importância na economia brasileira e global, à medida que, cria empregos, diversifica o mercado e apresenta novas possibilidades aos consumidores. Os autores ainda argumentam que a gestão eficaz é crucial para o sucesso das micro e pequenas empresas, garantindo que o controle interno esteja alinhado aos objetivos organizacionais para serem alcançados.

2.3. Polo Têxtil do Agreste

O polo Têxtil do Agreste Pernambucano, é composto por municípios como Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. Sarabia e Xavier (2008) explicam que foi através da confecção que se difundiu uma forma de gerar renda e minimizar os impactos sociais e econômicos aos quais os municípios da região estavam expostos, como ausência de atividade econômica e secas que castigam, devido as condições climáticas. Formando-se assim uma aglomeração produtiva, tida como um dos maiores do país.

Adicionalmente, Xavier (2020) explica que não há uma delimitação oficial do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, nem mesmo por meio da sua classificação enquanto Arranjo Produtivo Local pelo governo do Estado. Mas, que as cidades principais são bastante conhecidas, devido à consolidação de seus comércios e indústrias voltadas para o ramo de confecções.

Moraes, Silva e Viana (2015) explicam que os fundamentos para o estabelecimento da indústria têxtil e de confecção no agreste pernambucano, foram lançados antes da década de 1990. Contudo, a falta de dados referentes a esse período limita uma análise mais aprofundada. A disponibilidade desses dados ocorreu apenas posteriormente, o que permitiu iniciar uma análise mais detalhada da trajetória de crescimento e da estrutura setorial dessas indústrias tanto no Estado de Pernambuco como especificamente no Agreste.

Com sua origem na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, expandindo em poucos anos para Toritama e Caruaru, o Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, conta com um conjunto de cidades com micro e pequenos empreendedores que também fizeram da confecção uma importante atividade econômica para seu município (Xavier, 2020).

Conforme a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT) - (2020), a indústria têxtil vem crescendo consideravelmente no Brasil, gerando renda para milhares de pessoas e sendo responsável por movimentar boa parte da economia do país.

O Pólo têxtil se desenvolve como uma economia através de empreendimentos familiares, onde os gestores das empresas são os proprietários e são também responsáveis pelos departamentos de produção, vendas e financeiro (Raposo e Gomes, 2003).

Considerando a situação econômica em que se encontra o Brasil, iniciar ou manter uma média ou pequena empresa em funcionamento e gerando lucro é um grande desafio para qualquer empreendedor, especialmente quando se trata do setor têxtil do Agreste de Pernambuco, que possui uma importância considerável dentro da economia regional, gerando diversos empregos. Nesse âmbito, torna-se extremamente necessário que essas organizações aprimorem seus modelos de gestão (Galindo, 2016).

3. METODOLOGIA

Para realização deste estudo aplicou-se o método de pesquisa descritiva, pois foram descritas as percepções dos contadores do estado de Pernambuco quanto a utilização do Controle Interno nas micro e pequenas empresas. De acordo com Gil (2008), pesquisas que objetivam a descrição das características de uma população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis são consideradas descritivas.

Quanto a abordagem, caracteriza-se por ter um caráter quantitativo, em razão da utilização de estatística descritiva para apresentação dos dados. Segundo Diehl, Tatim (2004), o uso de quantificação na coleta e no tratamento das informações por meio de estratégias estatísticas, objetivando garantir resultados e evitar distorções, caracterizam a pesquisa quantitativa.

No que tange aos procedimentos, optou-se pela pesquisa bibliográfica. O bibliográfico abarcou material já tornado público, sobretudo livros, artigos científicos, monografias, revistas e pesquisas em sites. Conforme Gil (2008), considera-se pesquisa bibliográfica aquela desenvolvida a partir de materiais já existentes, por meio sobretudo de livros e artigos científicos.

Utilizou-se o levantamento tipo *survey*, é o tipo de pesquisa realizada por meio de questionário, com o objetivo de coletar informações de pessoas cujo comportamento deseja-se conhecer (Gil, 2008).

A delimitação geográfica do campo de pesquisa compreende o agreste do estado de Pernambuco, especificamente nos três principais municípios da região, tida como “polo têxtil”; Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

Quanto ao universo da pesquisa, é formado por profissionais da contabilidade com registro ativo no CRC-PE e, que prestam serviços às MPEs da região do polo têxtil pernambucano.

Utilizou-se um questionário de pesquisa, elaborado pelos autores, a fim de verificar como os contadores da região percebem o uso de Controle Interno nas MPEs que prestam serviços contábeis ou atuam como contadores.

O questionário estruturado com 24 questões do tipo fechadas e abertas, organizado em dois blocos: o primeiro contendo 12 perguntas elaboradas para caracterizar o entrevistado; e o segundo constituído de 12 questões específicas relativas ao controle interno. A construção do questionário se deu a partir das obras de autores como: Almeida (2012); Lima *et al.* (2012); Lima, Leal e Aguiar (2014); Garcia, Kinzler, Rojo (2015); Blumen, Silva e Sales (2015); Pinheiro, Costa e Moura (2017); Crepaldi e Crepaldi (2019); Barbosa e Santos (2019); e Tomasi e Vier (2020).

Para validação do questionário, fora realizado um pré-teste de validação, em um universo distinto ao pesquisado, com a contribuição de 3 contadores; todos com Mestrado e com atuação média de 10 anos na área. Após essa etapa e consideração das contribuições dos validadores, deu-se início a coleta de dados.

Utilizando a plataforma *Google Forms* para coleta de dados, o questionário foi enviado a cerca de 70 contadores por meio do aplicativo de conversas *Whatsapp* em formato de *link*. Foram enviadas cerca de 50 mensagens com o link do questionário para endereços de e-mail de profissionais e escritórios contábeis e perfis nas redes sociais rede social *LinkedIn* e *Instagram*. Na configuração do questionário, uma única resposta para cada dispositivo foi limitada para que evitasse que a mesma pessoa respondesse várias vezes a pesquisa. A coleta de dados ocorreu entre 01 de julho e 15 de julho de 2024, obtendo ao final, um total de 31 respostas coletadas.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1. Bloco I – Características pessoais; formação, atuação profissional e o uso de Controle Interno

4.1.1. Características pessoais

O estudo revelou que 68% dos participantes da pesquisa são do sexo masculino e 32% do sexo feminino. No tocante à faixa etária, 42% dos respondentes têm até 30 anos, 39% têm entre 31 e 40 anos, os que tem entre 31 e 50 anos representam 13% da amostra, e os demais 6% tem mais de 50 anos.

4.1.2. Formação

Quanto à formação, compõem a amostra 11 bacharéis em Ciências Contábeis representando 35,48%; outros 61,29%, ou seja, 19 participantes, são pós-graduados em Contabilidade ou áreas afins, e 1 mestre em Contabilidade ou áreas afins representando 3,23% dos pesquisados.

No que diz respeito ao tempo de formação em Ciências Contábeis, observou-se que os participantes que concluíram a graduação há um período máximo 3 anos correspondem à 29,03% da amostra, os que concluíram a graduação há 4 anos e no máximo 10 anos perfazem um total de 41,94%, concluintes há 11 anos e no máximo 20, representam 25,81% e concluintes há mais de 20 anos totalizam 3,23% dos pesquisados.

Conforme pode-se observar os respondentes da pesquisa são profissionais que concluíram a graduação em horizontes temporais distintos. Estando o maior percentual no horizonte de quatro a dez anos. Esta amostra é representativa para o objetivo desta pesquisa, uma vez que reúne distintos perfis profissionais com marco de atuação diferente.

No que tange ao uso de Controle Interno, os participantes da pesquisa também responderam quanto às suas participações no Programa de Educação Continuada do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com abordagem específica aos Controles Internos. A tabela 1 apresenta os dados encontrados:

Tabela 1 - Participação em Cursos de Educação Continuada voltados ao Controle Interno

CURSOS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA		
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Participou de pelo menos 1 curso	10	32,3
Participou de pelo menos 2 cursos	3	9,7
Participou de 3 ou mais cursos	1	3,2
Nunca participou	17	54,8
TOTAL	31	100%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os dados apresentados na tabela 1 evidenciam que apenas 45,2% dos participantes da pesquisa afirmaram ter participado de pelo menos um Curso de Educação Continuada que tratou especificamente sobre os Controles Internos.

Este achado desponta algumas inquietações, entre elas, o fato de inicialmente o programa de educação continuada tinha obrigatoriedade apenas para auditores independentes, em seguida foram incluídos também os contadores que compusessem seu quadro profissional técnico. Além disso, com o passar dos anos foram emitidas diversas resoluções referentes à educação continuada, a norma vigente (NBC PG 12 (R3)), que tem por objetivo regulamentar o Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) para profissionais da contabilidade, instituiu algumas mudanças em 2017; inclusive estabelece a educação continuada como obrigatória também aos profissionais da contabilidade que trabalham como responsáveis técnicos pelas demonstrações contábeis, ou que exerçam funções de gerência/chefia no processo de elaboração das demonstrações contábeis das entidades sem finalidade de lucros que se enquadrem nos limites monetários da Lei nº 11.638/2007 (CFC, 2017).

Este cenário aponta para outra inquietação, haja vista que conforme Pelissari, Gonzalez e Vanalle (2011), o profissional contábil, é um elemento que integra a organização e está inserido em um contexto de fortes transformações sociais, o que provoca a necessidade do profissional buscar alternativas às demandas das organizações, como aliados tanto no trabalho como na aquisição e desenvolvimento de competências. Adicionalmente, Pereira (2008) assevera que o Controle Interno se torna relevante para a gestão empresarial, em função do

aumento da necessidade de informações gerenciais que forneçam segurança para os gestores na tomada de decisões.

4.1.3. Atuação profissional

Verificou-se que 32,26% dos participantes da pesquisa estão registrados junto ao Conselho Regional de Contabilidade há até 3 anos; 38,71% responderam que possuem registro há pelo menos 4 e no máximo 10 anos; outros 22,58% são registrados há pelo menos 11 e no máximo 20 anos; enquanto os demais 6,45% possuem registro há mais de 20 anos.

Quanto ao tempo de atuação como profissional contábil, 19,35% dos contadores pesquisados atuam na área há até 3 anos; 48,39% atuam há pelo menos 4 e no máximo 10 anos; 25,81% informaram que atuam há pelo menos 11 e no máximo 20 anos; e, 6,45% já atuam no mercado há mais de 30 anos.

Sabendo que cada contador pode atuar em mais de um segmento ao mesmo tempo, verificou-se que a maioria (88%) atua no segmento privado, os demais estão distribuídos entre o terceiro setor e ensino e pesquisa em contabilidade (6% e 6%, respectivamente).

Acerca da função que os entrevistados desempenham atualmente, os entrevistados precisaram acusar qual atividade os mesmos dedicam maior parte do seu tempo, visto ser possível desempenhar mais de uma função no âmbito da contabilidade. A partir dos dados obtidos, foi possível apurar que 51,61% atua como contador autônomo ou empresário contábil; outros 41,94% são contratados de um escritório de contabilidade e/ou empresas; e, 6,45% são professores de disciplinas de contabilidade.

Com relação à experiência profissional, constatou-se que mais da metade (54,84%) dos respondentes já trabalharam desempenhando a função de contador antes do vínculo atual, enquanto que os demais 45,16% nunca trabalharam exercendo tal ocupação.

Ainda sobre a atuação profissional, os resultados evidenciaram que os profissionais que participaram da pesquisa atuam em um ou mais municípios que fazem parte da região agreste e abrigam o polo têxtil pernambucano, conforme evidencia a Tabela 2.

Tabela 2 – Municípios de Atuação do Contadores

Município/Municípios	Quantidade de Contadores com atuação
Caruaru	16
Santa Cruz do Capibaribe	4
Toritama	2
Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe	4
Caruaru e Toritama	3
Outros Municípios	2
Total	31

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os profissionais também foram perguntados acerca da quantidade de MPE que os mesmos prestam serviços contábeis. A Tabela 3 apresenta estes dados compilados:

Tabela 3 – Quantidade de MPES atendidas por Contador

CONTADOR	QUANTIDADE DE MPES	CONTADOR	QUANTIDADE DE MPES
Contador 1	Entre 2 e 9	Contador 17	Entre 10 e 19
Contador 2	Apenas 1	Contador 18	Mais de 20
Contador 3	Mais de 20	Contador 19	Mais de 20
Contador 4	Apenas 1	Contador 20	Mais de 20
Contador 5	Entre 2 e 9	Contador 21	Mais de 20
Contador 6	Entre 2 e 9	Contador 22	Mais de 20
Contador 7	Entre 10 e 19	Contador 23	Mais de 20
Contador 8	Apenas 1	Contador 24	Mais de 20
Contador 9	Entre 10 e 19	Contador 25	Mais de 20
Contador 10	Mais de 20	Contador 26	Mais de 20
Contador 11	Apenas 1	Contador 27	Mais de 20
Contador 12	Mais de 20	Contador 28	Mais de 20
Contador 13	Mais de 20	Contador 29	Mais de 20
Contador 14	Apenas 1	Contador 30	Apenas 1
Contador 15	Entre 2 e 9	Contador 31	Entre 2 e 9
Contador 16	Entre 2 e 9		

Fonte: Dados da Pesquisa.

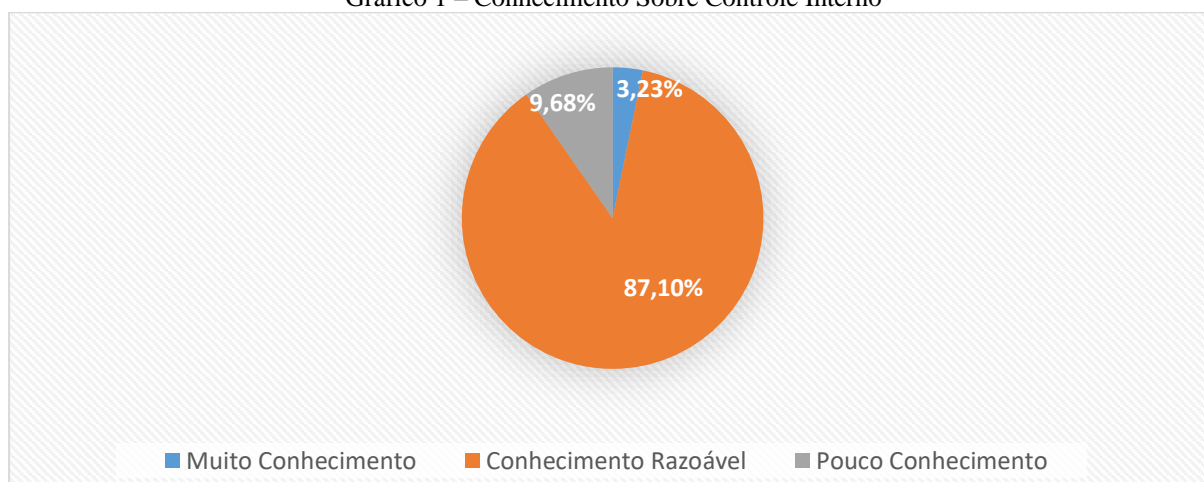
Observa-se que a maioria dos Contadores participantes da pesquisa (51,6) atuam de forma direta com mais de 20 MPES; 19,4% atuam com apenas 1 MPE; outros 19,4% contam com entre 2 e 9 MPES sob sua responsabilidade; e, os demais 9,7% atuam com mais de 10 e menos de 19 MPES.

4.2. Bloco II – O uso de Controle Interno nas MPEs, Participação e o Conhecimento dos profissionais e suas percepções

4.2.1. Conhecimento sobre Controles Internos

Os contadores participantes da pesquisa foram perguntados acerca do nível de seus conhecimentos sobre controles internos. Por meio dos dados obtidos foi possível verificar que 3,22% afirmaram ter muito conhecimento sobre Controle Interno; 9,68% declaram possuir pouco conhecimento; e a maior parte: 87,10% revelaram possuir conhecimento razoável. O gráfico 1 sintetiza tais informações:

Gráfico 1 – Conhecimento Sobre Controle Interno



Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados obtidos evidenciam que a maioria dos profissionais entrevistados são capazes de oferecer qualidade aos serviços prestados aos seus clientes, pois são conhecedores do Controle Interno e podem intervir com competência se for necessário. Isso vai ao encontro do que assevera Fernandes e Galvão (2016), que explicam que a assessoria de um profissional especializado é de grande relevância para as organizações dada a falta de conhecimentos técnicos de alguns gestores.

4.2.2. Análise da percepção dos contadores sobre Controle Interno

Visando identificar a percepção dos contadores foi aplicado um grupo de 4 afirmações, com o intuito de conhecer a opinião e compará-la com a dos demais profissionais entrevistados, no tocante às definições do Controle Interno.

Tais afirmações foram apresentados de forma que os participantes da pesquisa puderam classificá-los por meio de uma escala de 1 a 5, sendo: 1 – Concordo Totalmente; 2 - Concordo; 3 – Nem concordo, nem discordo; 4 - Discordo; 5 – Discordo Totalmente.

Conforme a Tabela 4, conclui-se que 93,95%, (1 a 3). dos contadores pesquisados, afirmaram concordar com Almeida (2012), quando ele afirma que Controles Internos são considerados um conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas, que, se aplicados, protegem os ativos, gera dados contábeis confiáveis e apoiam os gestores na manutenção das atividades da organização.

Tabela 4 – Percepções acerca do Controle Interno (CI)

PERCEPÇÕES ACERCA DO CONTROLE INTERNO											
1		2		3		4		5		TOTAL	
F. A.	F. R.	F. A.	F. R.	F. A.	F. R.	F. A.	F. R.	F. A.	F. R.	F. A.	F. R.
C. I. são considerados um conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas, que, se aplicados, protegem os ativos, gera dados contábeis confiáveis e apoiam os gestores na manutenção das atividades da organização.											
15	48,39%	14	45,16%	1	3,23%	1	3,23%	0	0,00%	31	100%
C. I. são considerados um conjunto de princípios e métodos, que, se aplicados, tem a finalidade de garantir que as diretrizes e os objetivos organizacionais sejam alcançados.											
9	29,03%	19	61,29%	2	6,45%	0	0,00%	1	3,23%	31	100%
C. I. têm por finalidade garantir que os objetivos e metas traçadas ocorram de forma eficaz, eficiente e econômica e, são considerados fundamentais para o desenvolvimento da organização.											
11	35,48%	15	48,39%	4	12,90%	0	0,00%	1	3,23%	31	100%
Os C. I. exercem um papel relevante no que se refere a condução e desempenho, pois quando aplicados adequadamente, possibilitam que os processos apresentem melhores condições no tocante a eficiência, efetividade e economicidade.											
15	48,39%	14	45,16%	1	3,23%	0	0,00%	1	3,23%	31	100%

F.A. = Frequência Absoluta.

F. R. = Frequência relativa.

Fonte: Dados da pesquisa.

No que tange a finalidade dos Controles Internos, 90,32% dos pesquisados concordam com o pensamento de Tomasi e Vier (2020) de que a finalidade dos Controles Internos é garantir que os objetivos e metas traçadas ocorram de forma eficaz, eficiente e econômica e, são

considerados fundamentais para o desenvolvimento da organização. Os outros 6,46% estão distribuídos entre os que nem concordam, nem discordam e/ou discordam.

Blumen, Silva e Sales (2015) considera os Controles Internos como um conjunto de princípios e métodos, que, se aplicados, têm a finalidade de garantir que as diretrizes e os objetivos organizacionais sejam alcançados. Quando questionados sobre o entendimento de Blumen, Silva e Sales (2015), 83,87% dos contadores afirmaram que concordam totalmente com esta conceituação.

Os entrevistados foram questionados se estes percebem que os Controles Internos exercem um papel relevante no que se refere a condução e desempenho, pois quando aplicados adequadamente, possibilitam que os processos apresentem melhores condições no tocante a eficiência, efetividade e economicidade. Nesse sentido, 93,95% afirmaram concordar com esse entendimento.

4.2.3. Percepção dos contadores sobre nível de importância da aplicação do Controle Interno nas micro e pequenas empresas

No que tange ao nível de importância do Controle Interno nas micro e pequenas empresas, a maioria dos respondentes, isto é, 65%, afirmaram que a aplicação do Controle Interno é muito importante, outros 35% afirmaram ser apenas importante e nenhum dos entrevistados alegou que a aplicação do Controle Interno não é importante.

Vê-se, portanto, que os contadores participantes compreendem o quão relevante é o Controle Interno para o gerenciamento das micro e pequenas empresas. Segundo Lima *et al.* (2012), o Controle Interno é o alicerce da estrutura organizacional, pois sua finalidade é proteger o patrimônio visando a sobrevivência da empresa.

4.2.4. Porte empresarial e aplicação de Controle Interno

Buscou-se investigar a percepção dos contadores sobre qual porte empresarial é mais importante ter a aplicação do Controle Interno. Os dados revelaram que 90%, dos profissionais respondentes, informaram que a aplicação do Controle Interno é importante para todos os portes.

4.2.5. Conhecimento sobre a existência de Controle Internos

Os participantes foram questionados se tinham conhecimento da existência de Controle Interno nas MPEs, 35% relataram ter conhecimento da existência de Controles Internos nas micro e pequenas empresas sob sua responsabilidade, os demais participantes da pesquisa (65%) informaram não ter conhecimento. Este achado se assemelha com as conclusões dos estudos de Lima, Leal, Aguiar (2014), Garcia, Kinzler, Rojo (2015) e Postiglione e Silva (2016), que constataram que o uso de sistemas de Controle Interno é menos frequente nas MPEs.

4.2.6. Conhecimento sobre a utilização dos relatórios contábeis na elaboração de Controles Internos

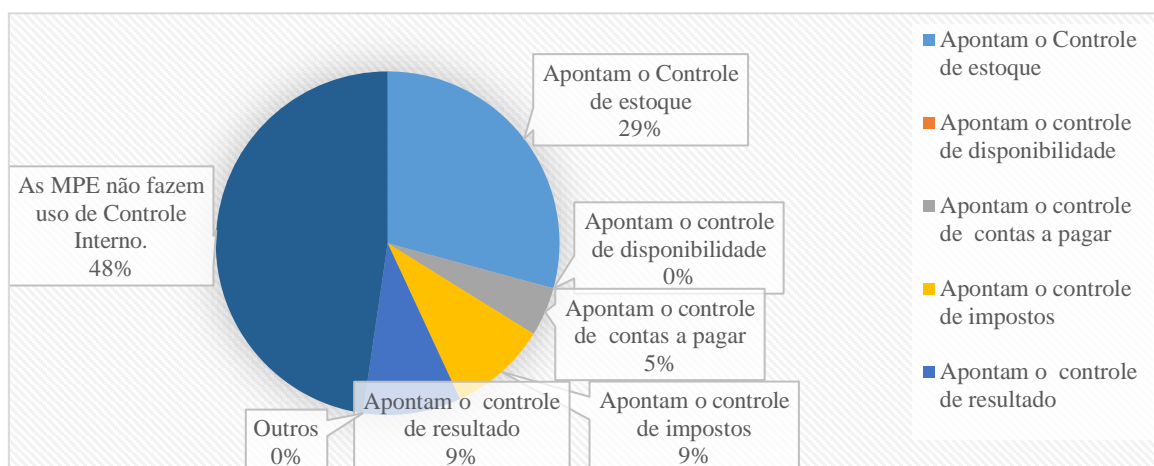
Com relação ao conhecimento dos contadores participantes sobre a utilização de seus relatórios contábeis na elaboração dos Controles Internos, 26% dos contadores afirmaram não ter conhecimento da utilização desses documentos; 58% afirmaram que os relatórios gerados não são utilizados pelas MPEs; e os demais 16% confirmam o uso.

Diante dos resultados, é possível concluir que mais da metade dos profissionais entrevistados geram documentos contábeis que não são aproveitados na elaboração de Controles Internos, indicando que os gestores falham nesse quesito. Para Miranda e Tierling (2013), os gestores precisam se conscientizar sobre os benefícios conseguidos pela utilização da contabilidade e de suas ferramentas.

4.2.7. Percepção dos contadores sobre as áreas com maior aplicação de Controle Interno

Perguntou-se aos respondentes quais áreas contam com maior aplicação de Controle Interno nas MPEs, observou-se que, 27,08% dos respondentes da pesquisa acreditam que o controle de estoque é a área com maior aplicação de Controle Interno, outros 5,21% apontaram o controle de disponibilidade, 38,54% considera o controle de contas a pagar. Os profissionais que responderam controle de impostos correspondem à 37,50%, aqueles que apontaram o controle de resultados perfazem um total de 17,71% da amostra, 13,54% entendem que a aplicação é maior em outras áreas, enquanto que os demais 29,17% afirmaram que as empresas não fazem uso de Controle Interno.

Gráfico 2 – Percepção dos contadores sobre as áreas com maior aplicação de C. I.



Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar as respostas, reparou-se que a maioria dos profissionais entendem que o controle de estoque tem sido mais aplicados nas micro e pequenas empresas que fazem uso de C. I. Em contrapartida, Crepaldi e Crepaldi (2019) afirma que é de fundamental importância que o controle seja utilizado em todas as áreas da empresa, pois, dessa forma, resultados positivos serão alcançados.

4.2.8. Influência dos contadores nos Controles Internos

Questionados sobre a influência dos contadores nos Controles Internos das empresas sob sua responsabilidade, 68% não exercem nenhum tipo de influência; 19% exerce alguma influência por iniciativa própria; e os demais 13% influenciam apenas quando solicitado.

Arelado a isto, os contadores que indicaram exercer alguma influência no que tange ao C. I. nas MPEs, acusam em sua maioria que essa influência (quando solicitada ou não) se dá majoritariamente na etapa de planejamento.

4.2.9. O Controle Interno no processo de tomada de decisão dos gestores

Os contadores foram perguntados se na sua percepção o C. I. é visto com a devida importância pelos gestores na tomada de decisão, apenas 25% dos contadores participantes da pesquisa afirmaram que os gestores dão importância ao Controle Interno quando tomam

decisões. Este achado se assemelha as conclusões do estudo de Lima, Leal, Aguiar (2014), que constataram que metade dos profissionais contábeis que participaram da sua pesquisa consideraram que as pequenas e médias empresas não possuem profissionais com conhecimento adequado para instaurar políticas, normas e diretrizes necessárias para criação de procedimentos e rotina de Controle Interno.

4.2.10. Características do Controle Interno e concordância dos Contadores

Visando identificar a percepção dos contadores foi aplicado um grupo de 3 perguntas e 4 afirmações, com o intuito de conhecer a opinião e compará-la com a dos demais profissionais entrevistados, no tocante às características do Controle Interno.

Tais afirmações foram apresentados de forma que os participantes da pesquisa puderam classificá-los por meio de uma escala de 1 a 5, sendo: 1 – Concordo Totalmente; 2 - Concordo; 3 – Nem concordo, nem discordo; 4 - Discordo; 5 – Discordo Totalmente.

A Tabela 5 apresentou as características do controle interno e a concordância dos Contadores:

Tabela 5 – Características do Controle Interno e concordância dos Contadores

CARACTERÍSTICAS DO C. I. E CONCORDÂNCIA DOS CONTADORES											
1		2		3		4		5		TOTAL	
F. A.	F. R.	F. A.	F. R.	F. A.	F. R.	F. A.	F. R.	F. A.	F. R.	F. A.	F. R.
A falta do controle interno dificulta a sobrevivência das pequenas empresas?											
10	32,26%	13	41,94%	7	22,58%	0	0	1	3,23%	31	100%
Um bom sistema de controles internos proporciona uma maior segurança aos ativos da empresa?											
11	35,48%	18	58,06%	1	3,23%	1	3,23%	0	0%	31	100%
As informações obtidas mediante o controle interno são confiáveis devido à obediência a normas e regulamentos aplicáveis?											
6	19,35%	20	64,52%	5	16,13%	0	0%	0	0%	31	100%
Os controles são necessários, uma vez que podem diminuir significativamente os riscos que a organização tem para alcançar seus objetivos.											
7	22,58%	20	64,52%	4	12,90%	0	0%	0	0%	31	100%
Os controles internos abrangem toda a organização e devem ter natureza preventiva.											
10	32,26%	20	64,52%	1	3,23%	0	0%	0	0%	31	100%
Quando usado corretamente, o controle interno pode auxiliar os gerentes a tomar decisões assertivas.											
16	51,61%	13	41,94%	1	3,23%	0	0%	1	3,23%	31	100%
O controle interno auxilia na perpetuidade das operações da empresa, pois evita erros e fraudes.											
10	32,26%	19	61,29%	1	3,23%	1	3,23%	0	0%	31	100%

F.A. = Frequência Absoluta.

F. R. = Frequência relativa.

Fonte: Dados da pesquisa.

Observou-se que 74,2% dos contadores participantes dessa pesquisa afirmaram concordar totalmente ou apenas concordar com Pinheiro, Costa e Moura (2017) que a falta do controle interno dificulta a sobrevivência das pequenas empresas.

Na sequência, 83,54% afirmaram concordar totalmente ou apenas concordar, que um Sistema de Controle Interno eficiente resulta em uma maior segurança aos ativos da empresa. Este achado está de acordo com o entendimento de Lima *et al.* (2012) que o Controle Interno é o alicerce da estrutura organizacional, pois sua finalidade é proteger o patrimônio visando a sobrevivência da empresa.

Em relação à confiabilidade das informações obtidas mediante o Controle Interno, foi perguntado se elas são confiáveis devido à obediência a normas e regulamentos aplicáveis. 83,87% dos contadores pesquisados concordam totalmente ou apenas concordam, os demais 16,13% afirmaram que não concordam, nem discordam.

Quando questionados se os controles são necessários, em razão do seu uso reduzir significativamente os riscos que a organização tem para alcançar seus objetivos. 87,10% dos contadores pesquisados concordam com a afirmativa. Os achados apontam o pensamento de Tomasi e Vier (2020) que os Controles Internos estão intimamente ligados a melhoria dos procedimentos praticados pela organização, e assim como uma ferramenta de planejamento, eles podem assegurar o atingimento de metas e objetivos, por meio da correção e prevenção de falhas e desperdícios de recursos.

Dos pesquisados, 93,55% afirmaram concordar que os Controles Internos podem auxiliar os gestores à tomar decisões assertivas, quando são usados de forma correta. Verificou-se semelhança com a definição de Barbosa, Santos (2019), que os gestores das empresas tendem a tomar boas decisões quando estão resguardados por Controles Internos eficientes.

Por fim, 93,55% dos contadores participantes concordam totalmente que o Controle Interno auxilia na perpetuidade das operações da empresa por evitar erros e fraudes.

3.2.12 Evocação e Palavras

Buscando ter maior proximidade com a forma que os contadores participantes desta pesquisa enxergam como benefícios do uso do controle interno, realizou-se uma evocação de palavras, sendo solicitado aos respondentes que apresentassem em uma palavra qual principal

benefício em sua visão. As palavras mencionadas, em ordem decrescente foram: Planejamento (10), seguido por Organização (9), Controle (5), Eficiência (4), Desempenho (2), e Prevenção (1).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender o uso do Controle Interno e a percepção dos profissionais contábeis sobre a utilização do mesmo no gerenciamento das MPEs do Polo Têxtil do Agreste de Pernambuco.

Os resultados indicam que os profissionais que atuam nas MPEs do Polo Têxtil do Agreste Pernambucano, não possuem profundidade no que tange a conhecimentos técnicos sobre o uso de controle interno e seus benefícios para as empresas – o que sugere ser uma das principais causas dos problemas de natureza administrativa, financeira e burocrática que acomete a maioria das empresas desse segmento, impactando diretamente na continuidade do negócio, haja vista as limitações de informações estratégicas para a tomada de decisão assertiva.

Outro achado da pesquisa, sugere que as MPEs do Polo Têxtil do Agreste Pernambucano, deixam de se beneficiar de elementos gerenciais fundamentais para seu diferencial competitivo e geração de valor; uma vez que o uso de um sistema de controle interno possibilitaria métodos eficientes de planejamento, organização e controle, atrelado a uma gestão consistente apropriada dos seus pontos de controle, responsáveis pelo alcance da eficiência dos seus processos e maximização dos lucros. Este ponto, em específico implica em prejuízos às empresas, haja vista o não uso do CI ou até mesmo o uso parcial; que implica na melhor utilização dos recursos físicos e humanos em seus respectivos contextos.

Como limitações deste trabalho, incluem-se o levantamento de dados, haja vista a falta de colaboração dos profissionais e o tempo limitado para o recolhimento das respostas.

Os autores sugerem que sejam realizadas pesquisas futuras com amostras maiores, para que resultados mais efetivos sejam encontrados e permitam que análises mais profundas sejam realizadas, bem como, estudos com as empresas, visando entender a razão da não utilização do controle interno em seus processos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. C. **Auditoria**: Um curso moderno e completo. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- AOKI, V. C. G.; BADALOTTI, R. M. Dificuldades e perspectivas no acesso de micro e pequenas empresas a linhas de crédito públicas: o caso de Chapecó. **Revista de Administração Pública**, v. 48, p. 1305-1327, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/8r8dvnFhJhK6dLdLcywm9KN/> Acesso em 10 jul. 2024.
- ABIT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO – Abit.org.br, 2020. Disponível em: <https://www.abit.org.br/cont/quemsomos>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- ATTIE, W. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- BARBOSA, L. F. G.; SANTOS, O. M.. O controle interno como ferramenta gerencial nas pequenas e médias empresas: uma análise por meio da percepção dos contadores. **Pensar Contábil**, v. 21, n. 74, 2019.
- BARROS, L. K. F.; SILVA, L. P. T.; SERAFIM, A. O.; MOTA, J. D. S. O. Uso de controle interno nas micro e pequenas empresas: a percepção dos contadores. **ABCustos**, v. 16, n. 3, p. 134-163, 2021. Disponível em: <https://revista.abcustos.org.br/abcustos/article/view/627>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- BECK, T. Bank financing for SMEs—lessons from the literature. **National institute economic review**, v. 225, n. 1, p. R23-R38, 2013.
- BLUMEN, A.; SILVA V. L. e SALES E.. **Controle interno como suporte estratégico de governança no setor público**. Belo Horizonte: Fórum, 2015.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Brasília, DF: Casa Civil, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 09 jul. 2024.
- CFC. Conselho Federal de Contabilidade. Norma Brasileira de Contabilidade – NBC PG 12 (R3), de 24 de novembro de 2017. **NBC PG 12 (R3) – Educação Profissional Continuada**. Brasília, 24 nov. 2017. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/09/NBCPG12R3_AUD.docx. Acesso em: 09 jul. 2024.
- CREPALDI, S. A. **Contabilidade Gerencial**: Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1998.
- CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. **Auditoria contábil**: teoria e prática. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- CHU, W. The influence of family ownership on SME performance: evidence from public firms in Taiwan. **Small Business Economics**, v. 33, p. 353-373, 2009.

COSO - COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATION OF THE TREADWAY COMMISSION. Corporate risk management: integrated structure. **PricewaterhouseCoopers LLP (Colab.)**. 2 vol. set, item # 990015. Jersey City: AICPA, 2007.

DENIS, D. J. Entrepreneurial finance: an overview of the issues and evidence. **Journal of corporate finance**, v. 10, n. 2, p. 301-326, 2004.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FERNANDES, A. M.; GALVÃO, P.; R. A Controladoria como ferramenta de gestão nas micro e pequenas empresas: um estudo da viabilidade e da relação custo benefício. **Revista de Tecnologia Aplicada (RTA)**, v. 5, n. 1, p. 3-16, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RTA/article/view/904>. Acesso em: 09 jul. 2024.

FIGUEIREDO, A. L. C.; LIMA, C. L.; SILVA, F. J. C.; ANDRADE, J. N. T. Desafios das Micro e Pequenas Empresas no Brasil: Uma Análise sobre o Papel do Gestor. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 17, n. 65, p. 480-488, 2023. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3717>. Acesso em: 09 jul. 2024.

GARCIA, F. T.; CATEN, C. S. T.; CAMPOS, E. A. R.; CALLEGARO, A. M.; PACHECO, D. A. J. Mortality risk factors in micro and small businesses: Systematic literature review and research agenda. **Sustainability**, v. 14, n. 5, p. 2725, 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/14/5/2725>. Acesso em: 09 jul. 2024.

GARCIA, O. P. G.; KINZLER, L.; ROJO, C. A. Análise dos sistemas de controle interno em empresas de pequeno porte. **Interface**, v. 11, n. 2, 2015. Disponível em: <https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/interface/article/view/495#>. Acesso em: 09 jul. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HYYTINEN, A.; TOIVANEN, O. Do financial constraints hold back innovation and growth?: Evidence on the role of public policy. **Research policy**, v. 34, n. 9, p. 1385-1403, 2005. Disponível em: <https://ftp.zew.de/pub/zew-docs/6ahyytinen.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2024.

JONES-EVANS, D. Access to finance to SMEs at a regional level—the case of Finance Wales. **Venture Capital**, v. 17, n. 1-2, p. 27-41, 2015.

LIMA, L. S.; LEAL, E. A.; AGUIAR, J. E. Controles internos adotados pelas micro e pequenas empresas: Um estudo com prestadores de serviços contábeis. **Registro Contábil – Ufal, Maceió**, v. 5, n. 3, p. 89-110, set./dez. 2014.

LIMA, H. M. A.; MELO, F. A. O.; REIS, P. N. C.; LIMA, C. C. S.; OLIVEIRA, V. M. S. Controle interno como ferramenta essencial contra erros e fraudes dentro das organizações. In: **9º Simpósio de excelência em gestão e tecnologia**. 2012. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/25416604.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2024.

MIGLIAVACCA, P. N. **Controles internos nas organizações**. São Paulo: Edicta, 2002.

MIRANDA, W. F. A.; TIERLING, I. B. Instrumentos de controladoria aplicado às pequenas empresas: estudo em empresa da área têxtil. In: **8º Encontro de produção científica e tecnológica, 2013**. Disponível em: <https://bit.ly/3FhWrx8>. Acesso em: 02 jul. 2024.

MORAES, R. R.; SILVA, J. L. H.; VIANA, J. A. B. Inovação e competição: um estudo de caso do arranjo produtivo de confecção do agreste pernambucano. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, v. 1, n. 1, p. 50-80, 2015. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/12230>. Acesso em: 02 jul. 2024.

MOREIRA, R. L.; ENCARNAÇÃO, L. V.; BISPO, O. N. A.; ANGOTTI, M.; COLAUTO, R. D. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 10, n. 19, p. 119-140, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2013v10n19p119>. Acesso em: 02 jul. 2024.

NIȚESCU, D. C. A new beginning for SMEs development. **Theoretical and Applied Economics**, v. 3, p. 39-52, 2015.

PELLISSARI, A. S.; GONZALEZ, I. V. F. P.; VANALLE, R. M. Competências gerenciais: um estudo em pequenas empresas de confecções. **REAd. Rev. eletrôn. adm.** (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 149-180, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-23112011000100006>. Acesso em: 09 jul. de 2024.

PEREIRA, A. N. **A importância do controle interno para gestão de empresas**. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/30uQGNq>. Acesso em: 11 jul. 2024.

PINHEIRO, R. G.; COSTA, E. M. S.; MOURA, F. M. A Importância do controle interno para a gestão de empresas de pequeno porte. **Revista de Contabilidade Dom Alberto**, Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3clOevn>. Acesso em: 11 jul. 2024.

POSTIGLIONE, E. M.; SILVA, D. Uso efetivo de controles internos em uma microempresa de Santa Maria: Fundamentos para o crescimento e a manutenção do negócio. In: **1º Congresso de Contabilidade da UFRGS, 2016**, Anais ... Porto Alegre, 2016.

RAPOSO, M.C.; GOMES, G.M 2003. Estudo de Caracterização Econômica do pólo de Confecção do agreste pernambucano. **Relatório Final apresentado ao SEBRAE-PE**. Recife: FADE/UFPE. Disponível em: www.sebrae-pe.com.br. Acesso em: 09 jul. 2024.

SARABIA, M. L.; XAVIER, M. G. P. Retratos da Transformação da Paisagem Urbana da Aglomeração Produtiva de Santa Cruz do Capibaribe: uma questão de desenvolvimento local. **Desenvolvimento em Questão**, v. 6, n. 12, p. 149-178, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/163/119> Acesso em: 09 jul. 2024.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira**. Brasília, jul. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3zpnDrN>. Acesso em: 08 Jul. 2024.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Pequenos negócios já representam 30% do Produto Interno Bruto do país**. AGÊNCIA



SEBRAE DE NOTÍCIA, 08/04/2020. Disponível em: <https://bit.ly/2TyUmu3>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SEPEC/ME – SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Governo destaca papel da Micro e Pequena Empresa para a economia do país.** 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3wTKZVA>. Acesso em: 09 jul. 2024.

TOMASI, J.; VIER, A. J. A metodologia COSO I como instrumento de controle interno: um estudo sobre a percepção dos gestores das indústrias calçadistas do município de Sapiranga/RS. **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis – FACCAT**, Taquara, v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/328Zw4t>. Acesso em: 09 jul. 2024.

VIEIRA, E. A. A. A contribuição do controle interno para a gestão financeira das organizações. **Humanidades & Inovação**, v. 10, n. 1, p. 302-315, 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2433>. Acesso em: 09 jul. 2024.

XAVIER, T. M. C. Polo de confecções do agreste de Pernambuco: formação de aglomerado produtivo e suas dinâmicas espaciais. **Caminhos de Geografia**, v. 21, n. 73, p. 429-444, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/49475>. Acesso em: 09 jul. 2024.